

O Trabalho como centro das discussões da teoria marxiana.

Moreira Antunes y Larissa Dulce.

Cita:

Moreira Antunes y Larissa Dulce (2014). *O Trabalho como centro das discussões da teoria marxiana*. VIII Jornadas de Sociología de la UNLP. Departamento de Sociología de la Facultad de Humanidades y Ciencias de la Educación, La Plata.

Dirección estable: <https://www.aacademica.org/000-099/13>

ARK: <https://n2t.net/ark:/13683/eCvm/Vum>

O Trabalho como centro das discussões da teoria marxiana

Larissa Dulce Moreira Antunes

Introdução.

Esse ensaio é uma parte da monografia que será apresentada no final do curso. O intuito deste ensaio é desenvolver a crítica marxiana acerca do idealismo alemão e da economia classica (Ricardo e Smith) a partir da noção do *trabalho* para estes pensadores.

O período trabalhado concentra do ano de 1844 até o final de 1857. Este período é a passagem da fase juvenil para a fase madura de Karl Marx. As obras trabalhadas serão: “Manuscritos Economico-Filosóficos (1844)”, “Trabalho Assalariado, Capital e Lucro(1849)” e a “Introdução a Crítica à Economia Política (1857)”.

Essas obras citadas tem um cunho filosófico e econômico que mais tarde foram utilizada para a elaboração do Capital. Por isso a fase trabalhada é de maturação do pensamento marxiano, pois era o momento em que Marx estava estudando um campo até então não muito conhecido, o da Economia.

Período esse muito importante pois Marx a partir da análise do trabalho dentro do sistema capitalista vigente desenvolve conceitos importantíssimos e percebe a relação contraditória presente na essência do sistema a começar pelo trabalho, a atividade contraditória responsável por toda riqueza humana.

A obra marxiana é proveniente de uma tradição alemã. Durante toda sua vida, seus escritos, as famosas “críticas” tinham como objetivo ressaltar os pontos positivos e apontar os limites muitas vezes sobre assuntos ou obras que haviam sido publicadas. Karl Marx durante sua trajetória teórica sempre se envolveu em discussões com diversos autores (Platão, Kant, Aristóteles, Demócrito, Epicuro, Proudhon, Smith, Ricardo, S.Mill, Rousseau, entre outros.), mas o embate teórico que o acompanhou durante toda a sua trajetória teórica foi com o idealismo alemão e seu representante mais fiel: Georg Hegel.

O primeiro rompimento com a tradição hegeliana se dá nos anos juvenis de Marx. O Estado para Hegel era a elevação máxima do homem enquanto ideia, mas em Marx, o mesmo não poderia ser visto de uma forma positiva enquanto não emancipasse as contradições internas da sociedade civil. Essa ruptura é o momento em que ocorre a virada ontológica marxiana. Essa virada ontológica é ilustrada pelo momento em que Marx retira-se de cena para seu gabinete de estudos procurando respostas para questões de ordem material.

Segundo o próprio depoimento de Marx: "Minha investigação [de 43] desembocou no seguinte resultado: relações jurídicas, tais como formas de estado, não podem ser compreendidas nem por si mesmas, nem a partir do chamado desenvolvimento geral do espírito humano, mas pelo contrário, elas se enraízam nas relações materiais da vida, cuja totalidade foi resumida por Hegel sob o nome de 'sociedade civil', seguindo os ingleses e os franceses do século XVIII, a anatomia da sociedade civil dever ser procurada na economia política" (MARX,1978:135).

É bom ressaltar que apesar de se debruçar sobre outros campos, Marx nunca abandonou a filosofia. Desde os escritos juvenis tais quais os artigos publicados quando ele era correspondente da Gazeta Renana até sua obra mais madura “O capital” são de cunho extremamente filosófico. Os anos seguintes (1843-1857) foram marcados pelo debate marxiano com Hegel e os Economistas clássicos, além é claro com os neo-hegelianos..

Esta aproximação se deu, pois tanto os economistas clássicos quanto Hegel entendiam a formulação do homem como produtor de si mesmo através da atividade sensível. Esta atividade envolve objetividade e subjetividade, entrelaçadas na produção material.

Nos “Manuscritos Economico-Filosóficos 1844” Marx inicia sua argumentação acerca da atividade sensível do homem:

“A essência subjetiva da propriedade privada, a propriedade privada como atividade para si, como sujeito, como pessoa é o trabalho. Compreende-se, pois que somente a economia política que reconheceu o trabalho como seu princípio – Adam Smith e, portanto não mais reconhece a propriedade privada, como produto da indústria moderna, que por sua vez acelera e enaltece a energia e o movimento dessa indústria, transformando-o numa força da consciência. (MARX, 1978:3)

Mesmo iniciando um debate com a Economia Política da época, o *Terceiro Manuscrito* tem como objetivo acertar as contas com a “Fenomenologia do Espírito de Hegel” e com todo idealismo que pressupõe a objetividade. Para Marx as inter-relações entre objetividades são como forma originária de toda relação ontológica entre entes, ou seja:

“Um ser que não tenha nenhum objeto fora de si não é nenhum ser objetivo. Um ser que não tenha ele mesmo objeto para um terceiro ser não tem nenhum ser para seu objeto, isto é, não se comporta objetivamente, seu ser não é nenhum ser objetivo. Um ser não objetivo é um não ser. (MARX, 1978:41)”

Neste fragmento Marx aponta que o ser é um ente que carece de coisas materiais. E que a objetividade é a característica primária do ser, porque há ser sem consciência, mas não há consciência sem ser. O ser por si só não é autossuficiente, ele precisa de algo externo a ele. Seja para saciar as suas carências básicas tais como comer, beber, vestir-se ou para se efetivar como ser social, ou seja, de outros seres em sociedade.

No idealismo o ser é a consciência. Mas em Marx as categorias mentais não se apresentam somente na consciência e sim na realidade. A objetividade está posta. O homem não é uma ideia é um ser sensível. Em Hegel a objetividade era posta a partir da ideia. O objeto era a realização da consciência, a autoconsciência alienada ou estranhada. Hegel demandava o sensível mas a única atividade humana era a atividade histórica, atividade autenticamente humana.

Mas a crítica marxiana não é feita de forma mecanicista. Se não é a ideia, logo é o objeto. A objetividade é um momento preponderante para a efetivação do ser social, mas com isso não se ausenta a subjetividade como explica Lukács:

“A objetividade é uma propriedade ontológica primária de todo ente, é nela que reside a constatação de que o ente originário é sempre uma totalidade dinâmica, uma unidade de complexidade e processualidade. (LUKÁCS,2012:304)”

A objetividade opera junto com a subjetividade. O ser complexo e processual que opera por meio de interações tais como economia, cultura e arte e um ser dinâmico que está sujeito a constantes alterações, modificações por meio da história. Essa totalidade é a posição ontológica central para compreender a sociabilidade. Leia-se sociabilidade do sistema capitalista. Como se dá as relações sociais dos indivíduos nessa totalidade.

Deste modo ao se apropriar da natureza sensível e de si mesmo em sua sensibilidade própria, o homem transforma a objetividade natural em objetividade social, em objetos da produção e reprodução do ser social, do gênero humano. Transformação essa dada a partir da atividade social, pois segundo a teoria marxiana nem os objetos humanos são os objetos naturais, tais como se oferecem imediatamente, nem o sentido humano tal como é imediata e objetivamente é sensibilidade humana, objetividade humana. Assim natureza e sentido, portanto, se transfiguram em novas objetividades ao se tornarem humanos.

Tema decisivo da crítica da Economia Política é o das relações entre a propriedade privada e o trabalho. Marx aqui dá prosseguimento ao combate da Hegel e sua concepção de sociedade civil. Na teoria hegeliana quem articula os indivíduos no interior da sociedade civil não é mais o reconhecimento de cada um como pertencente ao gênero humano, não é o amor, o encontro do eu e do tu, não é a consciência ou qualquer outro movimento centrado na subjetividade. Hegel introduziu pela primeira vez na história do pensamento um elemento material a mediar as relações entre os indivíduos, indivíduos, indivíduos que não são mais vistos abstratamente como homens e, sim, como seres sociais, pessoas jurídicas, mantendo relações sociais,

Mesmo a partir de um ponto em comum: O trabalho como riqueza de toda essência humana, Marx se destoava claramente da teoria política clássica vigente na época. Assim destaca:

“Sob a aparência de um reconhecimento sob o homem, à economia política, cujo princípio é o trabalho, é muito mais a conseqüente negação do homem, na medida em que ele próprio não se encontra em uma tensão exterior com a essência exterior da propriedade privada, mas sim tornou-se a essência tensa da propriedade privada. O que antes era ser-exterior-a-si, exteriorização real do homem, converteu-se apenas no fato da exteriorização, em estranhamento. (MARX. 1978:3)”

Segundo Marx na Economia Política Clássica a premissa básica, a população era considerada abstrata e a partir de tal abstração fazia-se uma ciência burguesa. O que Marx chama atenção é essa abstração que transforma-se em totalidade mas uma totalidade contraditória no seu interior, ou seja na sociedade civil. As contradições da sociedade civil refletiam em diversas esferas. A essência das contradições sociais era encontrada na contradição no interior do sistema capitalista. O que tornava os homens desiguais era a contradição controversa intrínseca ao sistema.

Assim nos “Manuscritos de 1857”, Marx inicia a sua crítica:

“Parece ser correto começarmos pelo real e pelo concreto, pelo pressuposto efetivo, e, portanto, no caso da economia, por exemplo, começarmos pela população, que é o fundamento e o sujeito do ato social de produção como tudo. Considerado de maneira mais rigorosa, entretanto, isto se mostra falso. A população é uma abstração quando deixo de fora, por exemplo, as classes das quais é constituída. (MARX. 2011: 54)”

Marx também explica que essas classes também constituem uma abstração se não levarmos em conta em que se baseiam tais como trabalho assalariado, capital, que por sua vez também pressupõem outras relações tais quais troca, divisão do trabalho, preço.

“Por isso, se eu começasse pela população, esta seria uma representação caótica do todo e, por meio de uma determinação mais

precisa, chegaria analiticamente a conceitos cada vez mais simples; do concreto representado [chegaria] a conceitos abstratos [Abstrakta] cada vez mais finos, até que se tivesse chegado a determinações mais simples daí teria a viagem de retorno até que finalmente chegasse de novo a população, mas dessa vez não como a representação do todo mas como a representação caótica de um todo, mas como uma rica totalidade de muitas determinações e relações.(MARX. 2011: 54)”

O trabalho é assim entendido como a essência, como “a essência subjetiva” da propriedade privada. Assim para fins explicativos o trabalho, portanto, é o sujeito que cria toda a riqueza existente na propriedade privada, um sujeito que à não se reconhece mais na sua obra e aparece como se fosse a sua criatura. Assim para Marx: O sujeito (o homem) tornou-se um objeto e o objeto (a propriedade),um sujeito.

“Sob a aparência de um reconhecimento do homem, a economia política, cujo princípio é o trabalho, é muito mais a conseqüente negação da política, cujo princípio é o trabalho, é muito mais a conseqüente negação do homem, na medida em que ele próprio não se encontra em uma tensão exterior da propriedade privada, mas sim tornou-se a essência tensa da propriedade privada (MARX. 1978;4)”

O ponto fundamental na argumentação marxiana seria discorrer sobre a redução do trabalho humano as atividades mercantis. O trabalho, era visto pela Economia Política exclusivamente como atividade lucrativa, como gerador de valores de troca, levando a depreciação do homem. O ser humano só interessa à Economia Política na qualidade de produtor: ela não conhece outra forma de trabalho que a que se faz por dinheiro:

“Com isso, estabelece a cisão entro o homem e o operário. A oposição entre homem e cidadão, produzida pela alienação da sociedade civil na esfera estatal, ganha uma nova roupagem e um novo conteúdo na passagem da crítica à política para a crítica da Economia Política. (MARX. 2011; 49)”

O ponto central na crítica marxiana consiste em entender o motivo que faz a economia política anular de suas análises o trabalhador. O trabalho torna-se a atividade

contraditória dentro do sistema. Mesmo como sujeito social da produção ele, no sistema capitalista torna-se o predicado. E a riqueza produzida, a propriedade privada torna-se o sujeito. E o produto final lhe é estranhado.

Marx vê que a economia clássica parte da propriedade privada e não a explica. Concebe o processo material da propriedade privada, como ele ocorre na realidade, em fórmulas gerais e abstratas, que em seguida valem para ela como leis. Mas Ricardo, Smith, Bastiat e Clarey não compreenderam tais leis, isto é, não demonstraram como elas derivam da essência da propriedade privada. A economia política não fornece qualquer explicação sobre o fundamento da divisão entre trabalho e capital, e entre capital e terra. Porque nas palavras do próprio autor “ao determinar a relação entre o salário e o lucro do capital, o interesse dos capitalistas vale para ela como fundamento último, quer dizer, pressupõe o que deveria desenvolver” (MARX.2011)

“A categoria da exteriorização aparece nos Manuscritos no interior desta argumentação. Marx afirma que a "atividade imediatamente na sociedade com outros etc., se converteu em um órgão de exteriorização de vida e um modo da apropriação da vida humana” (92/540). Esta categoria está associada necessariamente ao movimento efetivo, sensível. Segundo as próprias palavras de Marx: "que o homem seja um ser corpóreo, dotado de forças naturais, vivo efetivo, sensível, objetivo significa que tem como objeto de seu ser, de sua exteriorização de vida, objetos efetivos, sensíveis, ou que só em objetos reais, sensíveis, pode exteriorizar sua vida. Ser objetivo, natural, sensível e ao mesmo tempo ter fora de si objeto, natureza, sentido, ou inclusive ser objeto, natureza e sentido para um terceiro se equivalem" (136-7/578). Assim, mesmo quando se trata do pensar, "o elemento da exteriorização de vida do pensamento - a linguagem - é natureza sensível" (97/544). Pois, somente em sua manifestação efetiva, ela torna real o pensamento.”(COSTA. 2011: 177)

Marx destaca que o trabalhador se torna tanto mais pobre quanto mais riqueza produz, quanto mais sua produção cresce em poder e volume. Nessa lógica, segundo a teoria marxiana, o trabalhador se torna uma mercadoria tanto mais barata, quanto mais mercadorias produz. Assim com a valorização do mundo das coisas aumenta em

proporção direta a desvalorização do mundo dos homens. Dessa maneira, para Marx, o trabalho não produz apenas mercadorias produz também a si mesmo e ao trabalhador como uma mercadoria, e justamente na mesma proporção em que produz mercadorias em geral.

O autor alemão toma como ponto de partida de sua análise a relação entre o produto do trabalho e o seu produtor. Assim o objeto produzido pelo trabalho, seu produto, o afronta como ser estranho, como um poder independente do produtor. Para Marx o produto do trabalho é o trabalho que se fixou num objeto, que se tornou concreto, que se fez coisa, é a objetivação do trabalho. *A efetivação do trabalho é sua objetivação.* Mas nas condições da economia política, esta efetivação do trabalho aparece como desefetivação do trabalhador, a objetivação como perda e servidão do objeto, a apropriação como estranhamento, como alienação. Assim o trabalhador se desefetiva até a morte pela fome.

A objetivação se revela a tal ponto como perda do objeto que o trabalhador fica privado dos objetos mais essenciais não só à vida mas também dos objetos de trabalho. Ponto esse divergente de Hegel, que concebia *o alienado ou estranhado como a exteriorização da consciência, a autoconsciência objetividade*, ou seja, algo semelhante a ideia na objetivação. Mas se a autoconsciência objetivada é algo semelhante como se explica a propriedade privada estranha ao trabalhador?

Esta apropriação da natureza e das objetividades em geral representa ao trabalhador estranhamento, alienação: Nos *Manuscritos de 44*, sobre o estranhamento em relação trabalhador e produto: "a apropriação do objeto se manifesta a tal ponto como estranhamento que quanto mais objetos o trabalhador produz tanto menos ele pode possuir e tanto mais se submete ao domínio de seu produto, do capital (MARX:1978)"

Sobre Marx nesse momento em específico:

“ele discorre sobre a situação de penúria do operário, sua regressão à condição de animal com consequência do trabalho estranhado. A relação entre o trabalho e seus produtos, que escapam de mão do produtor tornando-se a ele estranhos; a relação entre o trabalho e o ato de produção, na qual a atividade aparece como estranho há ao homem, como uma atividade exterior, forçada e sem finalidade; a relação

alienada entre o indivíduo e o gênero, em que a vida genérica, a vida produtiva, passa a se um simples meio para a realização de interesses particulares e o indivíduo, desgarrado da espécie, deixa sua condição de ser social ao lutar sozinho por sua sobrevivência, e finalmente, a relação alienada do homem com o outro homem. (FREDERICO. 2012:154)”

Para investigar a economia política Marx se debruçou em estudar os momentos que se davam do processo do trabalho: *Produção, Circulação, Distribuição, Troca, Consumo*. Estes momentos eram vistos e compreendidos de forma equivocada segundo Marx. Smith e Ricardo compreendiam a *Produção* como algo natural do ser humano, a *Circulação, Distribuição e Troca* como atividades sociais e o *Consumo* como algo individual do sujeito. Segundo Marx todos os fenômenos descritos são sociais.

A “*Introdução de 1857*” é uma crítica as *robsonadas* produzidas pela economia política inglesa. Esse era o termo utilizado por Marx, de forma irônica, para caracterizar as tendências teóricas que tendem a pensar o ser humano fora da sociabilidade. É uma alusão a história de Robson Crusoe.

Marx caracteriza a produção:

“O objeto nesse caso é primeiramente, a produção material. Indivíduos produzindo em sociedade- por isso, o ponto de partida é naturalmente, a produção dos indivíduos socialmente determinada. (MARX. 2011: 40)”

Marx alerta para o fato de se retomarmos a história o indivíduo que produz pertence a um todo maior, na família e na família ampliada em tribo e mais tarde nas diversas formas de comunidades resultantes dos conflitos entre as tribos. Mas foi somente no século XVIII, com a sociedade burguesa que as formas de conexões sociais proporciona o indivíduo como meio para seus fins privados.

Marx concorda com Aristóteles ao dizer que “o ser humano, é no sentido mais literal, um animal político, não apenas um animal social, mas um também um animal que somente pode se isolar em sociedade.” (MARX, 2011)

E pensar uma produção num sentido singular era a seu ver uma maneira absurda de tentar explicar abstrações por meio desses argumentos. A produção destacada por

Marx é a produção em um determinado desenvolvimento social. Ou seja, a produção de indivíduos sociais. Essa produção social é algo multiplamente articulado, cindido em diferentes determinações. Algumas determinações pertencem a todas as épocas, outras são comuns apenas a algumas.

Segundo Marx:

“Por exemplo: nenhuma produção é possível sem um instrumento de produção, mesmo sendo este instrumento apenas a mão. Nenhuma produção é possível sem trabalho passado, acumulado, mesmo sendo este trabalho apenas a destreza acumulada e concentrada na ao do selvagem pelo exercício repetido. O capital, entre outras coisas é também instrumento de produção, também trabalho passado, objetivado. (MARX. 2011: 41)

A produção não tem conexão efetiva com a vida do trabalhador e, segundo Marx, ocorre pois o trabalhador se relaciona com o produto de seu trabalho como com um objeto estranho. A partir desse pressuposto é, pois, evidente: quanto mais o trabalhador se exterioriza tanto mais poderoso diante dele se torna o mundo estranho, objetivo, que ele criou, tanto mais pobre se torna ele mesmo e seu mundo interior, tanto menos é dono de si próprio.

“Para os economistas (...) a produção deve ser representada em leis naturais eternas, independentes da história, oportunidade que as relações burguesas são furtivamente contrabandeadas como irrevogáveis leis naturais da sociedade burguesa in abstracto. Este é o objetivo mais ou menos consciente de todo o procedimento. Na distribuição, em troca a humanidade deve ter se permitido de fato toda espécie de arbítrio. Abstraindo completamente dessa grosseria disjunção entre produção e distribuição e da sua relação efetiva, deve ser desde logo evidente que, por mais que possa ser diversa a distribuição em diferentes graus de sociedade, deve ser possível além nesse caso, assim como foi para a produção e distribuição da sua relação efetiva, deve se desde logo evidente que, por mais que possa ser diversa distribuição em diferentes graus de sociedade, deve ser possível também nesse caso, assim como o foi para a produção,

destacar as determinações em comum e, da mesma forma, confundir ou extinguir todas as diferenças históricas em leis humanas gerais. (MARX: 2011: 42)”

A teoria marxiana explicita que a relação direta do homem que produz com o produto de sua produção. E encontra uma inversão na qual o trabalhador se desapropria de si enquanto homem ao produzir o mundo como objetividade estranha a ele. Mas esta relação é apenas a manifestação objetiva da forma como se processa o próprio trabalho: "o produto é, de fato, apenas a síntese da atividade, da produção. Se, por conseguinte, o produto do trabalho é alienação, a própria produção deve ser alienação em ato, a alienação da atividade, a atividade da alienação. O estranhamento do objeto do trabalho apenas sintetiza o estranhamento, a alienação na própria atividade do trabalho" (MARX. 1978)

A produção humana é uma determinação mútua do complexo objetividade/subjetividade . Porque o produto do trabalho é ao mesmo tempo objetividade sensível e subjetividade efetivada. O produto do trabalho para o trabalhador é alienação, enquanto é algo fora de si, é renúncia. Assim Marx explicita:

“Sua atividade, portanto, é a realização da separação entre ele e o produto, entre ele e a própria atividade, pois nela (na atividade), o trabalhador produz essa separação enquanto realidade objetiva. Ou seja, produz o objeto e a atividade enquanto objetividades estranhas, separadas, alienadas dele enquanto homem. E assim acontece porque "o estranhamento não se mostra somente no resultado, mas no ato da produção, no interior da própria atividade produtiva. Como poderia o trabalhador se enfrentar com o produto de sua atividade como algo estranho, se no ato mesmo da produção não se tornasse já estranho a si mesmo?”(MARX. 2011:42)

O estranhamento aparece, assim, como consequência de um movimento no qual o trabalhador produz a alienação como forma de sua atividade ou produz sua atividade como alienação de si. No entanto, a atividade sensível que se realiza a partir da relação entre os homens é a verdadeira vida humana, o verdadeiro ato de nascimento do homem, sua real forma de ser.

Têm-se, portanto, para Marx, quatro determinações desveladas a partir do caráter exterior e invertido do trabalhador em relação ao seu produto. A primeira se mostra fenomenicamente: o estranhamento entre trabalhador e produto, sendo apenas expressão concreta da segunda determinação: o estranhamento do trabalhador no interior da atividade produtiva, que significa, necessariamente, (3) o estranhamento do homem em relação ao gênero humano que, por sua vez, se manifesta efetivamente no (4) estranhamento do homem em relação aos outros homens. Ou segundo as próprias palavras de Marx: "o estranhamento do homem, e em geral toda a relação do homem consigo mesmo, se efetiva esse exprime primeiramente na relação dos homens com os outros homens"

Marx afirma que se o trabalhador se relaciona com o produto de seu trabalho, com o trabalho objetivado como algo estranho ele se relaciona de tal maneira com outros homens, sendo-lhe estranho, hostil, poderoso e independente. Se o trabalhador se relaciona com a própria atividade como com uma atividade não livre, então se relaciona com ela como com uma atividade a serviço, sob o domínio, a coerção e o jugo de outro homem. O trabalho não produz apenas objetos externos ao homem, mas também ele próprio enquanto homem e, ao mesmo tempo, a realidade social na qual os homens se relacionam.

Segundo o próprio autor pelo trabalho estranhado o homem gera não somente sua relação com o objeto e o ato de produção enquanto homens estranhos e que lhe são hostis; gera também a relação dos outros homens com sua produção e seu produto e sua relação com estes outros homens. Assim como ele faz de sua própria produção sua privação de realidade, sua punição, e de seu próprio produto uma perda, um produto que não lhe pertence, igualmente ele cria a dominação daquele que não produz sobre a produção e sobre o produto. Assim torna estranha a si sua própria atividade, igualmente, atribui a um estranho a atividade que não lhe é pertence.

A partir do fato econômico da relação do trabalhador com sua produção, Marx analisou as conseqüências e o significado dessa relação em sua forma abstrata, segundo ele, como conceito. Ele se volta agora para sua expressão real: "Vejam os ainda como o conceito de trabalho estranhado, alienado deve expressar-se e revelar-se na realidade". Então, se pergunta: "Se o produto do trabalho me é estranho e se contrapõe a mim como

poder estranho, a quem pertencerá então? Se a minha própria atividade não me pertence, se é uma atividade estranha, forçada, a quem pertencerá portanto?" (MARX. 1978: 11)

A resposta se apresenta desta maneira pois o ser estranho a quem pertence o trabalho e o produto do trabalho, a cujo serviço está o trabalho e a cuja fruição se destina o produto do trabalho, só pode ser o próprio homem. Sendo assim por intermédio do trabalho estranhado, alienado, o trabalhador gera a relação com este trabalho de um homem estranho ao trabalho e que se encontra fora dele.

Assim a propriedade privada é, pois, o resultado, a consequência necessária do trabalho alienado, da relação exterior do trabalhador com a natureza e consigo mesmo. Chega-se, portanto, à propriedade privada como resultado "da análise do conceito de trabalho alienado, ou seja, do homem alienado, do trabalho estranhado, da vida estranhada, do homem estranhado.

De acordo com Marx, o trabalho alienado é anterior ao estranhamento, enquanto sua base, com a natureza e consigo mesmo e, adiante, afirma que a propriedade privada é, primeiramente, fruto do homem alienado e, em seguida, também "do homem tornado estranho". O homem, o trabalho, a vida tornam-se estranhas a partir da alienação do produto e da atividade.

Nesse sentido, a propriedade privada é o produto da atividade humana apartada do homem. Marx demonstra, assim, que a propriedade privada é consequência do trabalho alienado afirmando, mas que mais tarde essa relação se transforma em ação recíproca. Pois no derradeiro ponto culminante do desenvolvimento da propriedade privada evidencia-se novamente este seu segredo, a saber, por um lado, que ela é produto do trabalho alienado, e por outro, que é o meio pelo qual o trabalho se aliena a realização desta alienação.

O trabalho alienado é uma forma da exteriorização da vida se realizar. Da mesma maneira, a propriedade privada é uma expressão da apropriação humana abstraída das determinações específicas do objeto. Portanto, "o trabalho alienado resultou para nós em dois elementos que se condicionam reciprocamente ou que são apenas expressões distintas de uma só e mesma relação. A apropriação aparece como estranhamento, como alienação e a alienação como apropriação, o estranhamento como verdadeira naturalização" (MARX. 1978: 48)

A apropriação aparece como alienação, justamente porque ela não é a apropriação do homem de seu corpo inorgânico (da natureza), mas apropriação privada da natureza e do trabalho, onde se verifica uma inversão na qual a propriedade privada se apropria do próprio homem. Na alienação do trabalho, a própria atividade é uma renúncia do trabalhador em benefício de outro ser, um ser forjado na produção alienada que retêm os atributos objetivos do homem: a propriedade privada. Assim, a apropriação privada se sobrepõe à "apropriação genuinamente humana e social", nas palavras do autor, e se converte no motor do desenvolvimento humano.

“ (...) segundo Marx, sociedade e indivíduo são apenas expressão plural e singular de um mesmo ser. Vê-se agora que no interior da produção que se exerce a partir da alienação, essa unidade entre gênero e indivíduo se manifesta como antagonismo e oposição, o que coloca a vida genérica a serviço da mera sobrevivência individual. Nas palavras de Marx: "à medida que o trabalho estranhado degrada em meio a atividade autônoma, a atividade livre, igualmente transforma a vida genérica do homem em meio de sua existência física. A consciência que o homem tem do próprio gênero se transforma por meio do estranhamento de tal maneira que a vida genérica se transforma para ele em meio." (COSTA. 2011:181)”

Assim, o seu modo próprio de ser homem aparece somente como um meio de se manter enquanto indivíduo abstrato. A vida individual apartada da generidade se volta para si mesma enquanto sobrevivência física imediata e toda produção humana tem apenas o objetivo de manter o homem físico individual vivo. A autêntica essência humana transforma-se assim em meio da existência individual abstrata.

A individualidade separada do gênero humano é uma abstração porque transforma em meio a essência última do homem e em fim os meios de sobrevivência. Para Marx, o trabalho estranhado transtorna o ser genérico do homem, tanto a natureza como suas faculdades intelectuais genéricas, em um ser a ele estranho, em meio de sua existência individual. Torna estranho ao homem seu próprio corpo, a natureza fora dele, sua essência espiritual, sua essência humana. Assim na perspectiva marxiana, uma consequência do estranhamento do homem em relação ao produto do seu trabalho, à sua atividade vital, à sua essência genérica, é o estranhamento do homem relativamente ao homem. Quando o homem se contrapõe a si mesmo, contrapõe-se aos outros homens.

Nos Manuscritos de 1844, Marx explicita que o momento real da propriedade privada se dá através da venda. A conclusão se deu a partir da seguinte questão colocada por Marx: "Em que consiste a alienação?" A resposta aparece logo a seguir: Primeiramente no fato de que o trabalho é exterior ao trabalhador, ou seja, não pertence à sua essência, que, portanto, no trabalho ele não se afirma mas se nega, não se bem, mas infeliz, não desenvolve uma livre atividade física e intelectual, mas mortifica seu corpo e arruína seu espírito.

Na obra citada acima Marx destaca que o trabalhador só se sente em si fora do trabalho, e no trabalho se sente fora de si. Quando não trabalha, ele está em casa e quando trabalha não está em casa. O trabalho por sua vez não é voluntário, mas imposto, é trabalho forçado. Esse trabalho não se apresenta como a satisfação de uma necessidade, e sim um meio de satisfazer outras necessidades exteriores ao trabalho. Segundo Marx: "a exterioridade do trabalho para o trabalhador transparece no fato de que ele não é seu próprio, mas de outro, no fato de que não pertence a si mesmo, mas a outro" (MARX: 1978). Ou seja, no fato de que o trabalho alienado é sua ruína enquanto homem.

Assim para Marx "o homem (o trabalhador) só se sente livremente ativo nas suas funções animais - comer, beber, procriar, quando muito, na habitação e no adorno, etc. – e em suas funções humana sente-se como animal. O bestial torna-se humano e o humano o bestial. (MARX. 1978: 52)

Marx chama atenção para o fato de que a essência concreta enquanto gênero humano transforma-se em meio de sua existência abstrata. Vale dizer, no trabalho alienado a objetivação aparece como atividade em troca de sobrevivência física. A atividade humana que assim se exerce resulta numa objetividade social específica que rege todo movimento da produção humana. Tal resultado é a apropriação privada como forma da vida humana se pôr.

A análise da produção realizada pelos economistas inicia-se a partir deste ponto de seu desenvolvimento, passando a ser abordada como se a *apropriação privada* fosse sua gênese e finalidade, ou seja, como se a produção humana só fosse possível no interior da propriedade privada. Na crítica à economia política, Marx denuncia a operação efetuada por Adam Smith que incorpora a propriedade privada ao homem, colocando, assim, o homem sob a determinação da propriedade privada.

Para Marx, sob a aparência de um reconhecimento do homem, a economia política, cujo princípio o trabalho, é muito mais a conseqüente realização da negação do homem, na medida em que ele próprio não se encontra numa tensão externa com o ser exterior da propriedade privada, mas sim tornou-se a essência tensa da propriedade privada. A economia política converte o trabalho e, portanto, o homem, em essência da propriedade privada. Assim, a propriedade privada, que antes era ser-exterior-a-si a alienação real do homem, converteu-se agora em ato de alienação, em venda.

Mas, já se sabe também que, segundo Marx, a propriedade privada é produto da atividade humana que se exerce de uma determinada forma, ou melhor, é fruto do trabalho alienado. Desse modo, a venda é o meio através do qual os homens se relacionam e o seu trabalho se produz. Assim, a relação de compra e venda é a forma da efetivação da troca entre os homens.

A mediação no interior desse movimento se dá pelo dinheiro. O dinheiro é o objetivo do trabalho, na medida em que ele é o verdadeiro poder capaz de possuir todos os objetos. O trabalho se torna um meio para conseguir o dinheiro que paga a alienação do trabalhador. O dinheiro. Assim este é o objeto por excelência. É somente pelo dinheiro que é capaz de se apropriar dos objetos independentemente de sua peculiaridade própria. O objetivo de se apropriar e elaborar o objeto específico é substituído pelo gozo de se apropriar do dinheiro que é a condição de possibilidade de apropriação dos demais objetos.

Os homens, a natureza e os produtos elaborados pelo homem não são determinados pela sua natureza própria, mas pela força do dinheiro. Todas as qualidades humanas e naturais são abstraídas de sua determinidade específica e convertidas na medida do dinheiro. O dinheiro pode, portanto, negar a determinação real do ser e convertê-la em seu contrário. No entanto, a força do dinheiro não é apenas a de abstrair as entificações objetivas e reais, mas é também o poder efetivo de inverter sua posição concreta, dessa maneira para o Marx dos manuscritos "O dinheiro, enquanto meio e capacidade universais exteriores, não derivados do homem enquanto homem, nem da sociedade enquanto sociedade - para transformar a representação efetividade e a efetividade uma mera representação - transforma igualmente as forças essenciais efetivas humanas e naturais em meras representações abstratas e, por isto, em imperfeições, em dolorosas quimeras, assim como, por outro lado, transforma as

imperfeições e quimeras efetivas, as forças essenciais realmente impotentes, que só existem no imaginário do indivíduo, em forças essenciais e capacidade efetivas” (MARX. 1978: 49)

O dinheiro, ao abstrair as determinações efetivas das entificações específicas, acaba por transformá-las em seu contrário, pois ele passa a ser a possibilidade real de dotar uma individualidade de algo que ela não tem, "de acordo com esta determinação, o dinheiro é a inversão geral das individualidades, que as transforma em seu contrário e que adiciona, às suas propriedades, propriedades contraditórias” .

A objetivação humana se exerce em um movimento objetivo/subjetivo, mas a subjetividade em si mesma não é necessariamente uma força essencial objetivante, que encontra respaldo nos seres objetivos para se pôr enquanto objeto efetivo. Ao contrário, ela pode expressar apenas uma representação imaginária, uma quimera, que não encontra no mundo social e na natureza efetiva possibilidade de se objetivar. Mas, onde o dinheiro é o verdadeiro poder efetivador, tais representações, para aquele que tem dinheiro, transformam-se em verdades efetivas.

Marx refere a este respeito a seguinte situação exemplificadora:

"Se tenho vocação para estudar, mas não tenho dinheiro para isso, não tenho nenhuma vocação, isto é nenhuma vocação efetiva, verdadeira, para estudar. Ao contrário, se realmente não tenho vocação alguma para estudar, mas tenho vontade e o dinheiro, tenho para isto uma vocação efetiva”(MARX. 1978: 55)

Assim o dinheiro para Marx “É a confusão e a troca gerais de todas as coisas, isto é, o mundo invertido, a confusão e a troca de todas as qualidades naturais e humanas”(MARX. 1978). Assim o dinheiro aparece como exterioridade que possui todos os homens e todas as coisas – inverte as determinações reais dos seres, transformando os laços reais e o mundo humano em seu contrário.

Na mesma perspectiva dinheiro atua como "essência genérica do homem estranhado, alienando, que se vende. O dinheiro é a capacidade alienada da humanidade”. Uma vez que a totalidade de atributos humanos são transferidos para algo exterior. O próprio destino do lhe escapa, pois sua capacidade de construí-lo está em algo fora de si - no dinheiro. Com isso o dinheiro aparece como verdadeira essência

genérica, já que toda possibilidade humana sintetiza-se em seu poder de se apropriar do mundo humano indeterminadamente, mas tal essência se volta contra o homem como um poder estranho que nega sua determinação real e a transforma em seu contrário.

O poder do dinheiro se instaura a partir de uma determinada relação dos homens entre si com a objetividade social a partir do trabalho alienado. O trabalho alienado produz a objetividade propriedade privada que se reproduz a partir da relação de compra e venda. Em tais condições, o enriquecimento dos sentidos do homem que trabalha se perde na indeterminação da propriedade privada, para a qual a especificidade do objeto ou das forças essenciais humanas não têm importância, mas apenas o ganho que se terá em troca deles.

Em relação ao preço pago pelo trabalho, Marx afirma: "salário e propriedade privada são idênticos, pois o salário como o produto, o objeto do trabalho, remunera o próprio trabalho, é apenas uma consequência necessária do estranhamento do trabalho, e no salário, o trabalho também não aparece como fim em si, mas como servo do salário" (MARX.1978)

"O trabalho estranhado é a causa direta da propriedade privada". Vale dizer, o trabalho estranhado se tornou estranho através da relação exterior do trabalho com o produtor e, no interior dessa situação, o processo de objetivação que produz e reproduz a propriedade privada se exerce a partir de tal estranhamento. Assim, o trabalho estranhado é o nome do trabalho que produz propriedade privada e, no interior desse movimento, o homem (o trabalhador) se aliena em sua produção ao vender sua exteriorização de vida como uma mercadoria exterior a si. Neste contexto, "a exteriorização da vida, é a alienação da vida e sua efetivação, sua desefetivação, uma efetivação estranha" (90,91/539). Através da venda a exteriorização se expressa como alienação que, por sua vez, se transforma em estranhamento. (COSTA. 2001: 188)".

Nos escritos de 44 categoria alienação se refere a uma relação de separação, enquanto o estranhamento traduz uma relação de antagonismo. Ambas, arranjam o mesmo movimento que faz com que o trabalho humano produza e se exerça a partir da propriedade privada. Mas para Marx alienação e estranhamento não são uma necessidade do trabalho. É o antagonismo, o estranhamento, surge da separação, que ele identifica como alienação.

A venda é uma categoria mediadora entre a exteriorização que se realiza como alienação e o estranhamento, ou seja, a venda transforma a exteriorização da vida em alienação da vida, duas expressões contrapostas. A venda é, pois, o ato próprio da propriedade privada se produzir, reproduzindo o trabalho como atividade exterior ao homem, como atividade alienada, estranhada.

Assim em Marx:

“... o conceito de trabalho estranhado (da vida estranhada) foi por nós encontrado a partir da Economia Política como resultado do movimento da propriedade privada, embora apareça como fundamento e causa do trabalho estranhado, em realidade é um consequência deste, do mesmo modo que originalmente os deuses não são causa, mas efeito da confusão do entendimento humano.” (COSTA. 2001:135)

A redução do trabalho humano às vicissitudes mercantis é central na argumentação de Marx. O trabalho, visto pela Economia Política exclusivamente como atividade lucrativa, como gerador de valores de troca, leva à completa depreciação do homem. O ser humano, aliás, só interessa à Economia Política na qualidade de produtor: ela não conhece outra forma de trabalho que a que se faz por dinheiro. Com isso, estabelece a cisão entre o homem e o operário. A oposição entre homem e cidadão, produzida pela alienação da sociedade civil na esfera estatal, ganha uma nova roupagem e um novo conteúdo na passagem da crítica à política para a crítica da Economia Política.

Anos mais tarde em 1849, Marx publica: “Trabalho Assalariado e Capital.” Trata-se de uma conferência proclamada para os operários da Alemanha. É uma obra de cunho informativo com o intuito de explicitar aos operários como se dava a relação no interior do sistema capitalista. Quais as determinações e os motivos do momento do interior do sistema.

Marx no início da obra não mede recursos para continuar a crítica a economia política. Segundo o autor alemão o economista prova como o crescimento das necessidades e dos recursos causa a privação de necessidades e de recursos. Isto primeiro porque ao reduzir a necessidade do operário à mais imprescindível e miserável manutenção da vida física, e sua atividade ao mais abstrato movimento mecânico, o economista afirma que o homem não tem nenhuma necessidade de atividade nem de

gozo e declara que esta vida é também a vida e modo de existência humana. E segundo ao calcular a vida mais pobre possível como a medida, e aliás como a medida geral.

“ ... geral porque vale para a massa dos homens, faz do operário um ser sem sentidos e ver privado de necessidades do mesmo modo que faz de sua atividade sem sentido e privado de necessidades, do mesmo modo que faz de sua atividade pura abstração de toda atividade; por isso, todo luxo do operário parece-lhe censurável e tudo o que excede a mais abstrata necessidade- tanto como gozo passivo ou como exteriorização de atividade- configura-se lhe um luxo.” (MARX. 2002:18)

Assim segundo Marx “A força de trabalho é, portanto, uma mercadoria, exatamente como o açúcar. A primeira mede-se com o relógio a segunda com a balança.” (MARX. 2002) Ou seja, os operários trocam a sua mercadoria, a força de trabalho pela mercadoria do capitalista que é o dinheiro e essa troca é realizada, na verdade, numa determinada proporção: tanto dinheiro por tantas horas de utilização da força de trabalho.

Em Marx o dinheiro não pode mais que criar-se a si mesmo, comprar-se a si mesmo, pois tudo o mais é seu escravo, e, quando eu tenho o senhor, tenho o servo e não preciso dele. Todas as paixões e toda a atividade devem, pois, afundar-se na avareza. O trabalhador só deve ter o suficiente para querer viver e só deve querer viver para ter.

O suficiente do trabalhador é o salário recebido. E representa a proporção em que a força de trabalho é trocada por outras mercadorias, ou seja, o valor de troca da força de trabalho. Este valor de troca da mercadoria (avaliado em dinheiro) é o preço. Assim Marx ironicamente remete ao salário como “um nome especial” dado ao preço da força de trabalho, a que se costuma chamar preço da força de trabalho.

Marx chama atenção para a seguinte situação: O tecelão por acaso recebe uma cota-parte do salário? E em seguida conclui: “De modo algum. O tecelão recebeu salário muito antes de o pano ser sido vendido e talvez muito antes mesmo de tê-lo tecido. Portanto, o capitalista não paga o salário com o dinheiro que vai receber pelo pano, mas com dinheiro que já tinha de reserva. Assim como o tear e o fio fornecidos pelo capitalista não são produtos do tecelão, tampouco o são as mercadorias que operário recebe em troca de sua mercadoria, a força de trabalho. (MARX. 2002: 35)”

O capitalista compra, com uma parte da fortuna que tem, de seu capital, a força de trabalho do tecelão, exatamente como comprou, com outra parte da sua fortuna, a matéria prima, o instrumento de trabalho necessário à produção. O salário não é portanto, uma cota parte do operário na mercadoria por ele produzida. O salário é a parte da mercadoria já existente, com a qual o capitalista compra, para si, uma determinada quantidade de força de trabalho produtiva. A força de trabalho é, portanto, uma mercadoria que o seu proprietário, o operário assariado, vende ao capital. Por que ele vende? Para viver. (MARX 2002: 36)

Mas a força de trabalho em ação, o trabalho, é a própria atividade vital do operário, a própria manifestação da sua vida. Atividade esta vital que ele vende a um terceiro para se assegurar dos meios de vida necessários. A sua atividade vital é para ele, portanto, apenas um meio para poder existir. Trabalha para viver. Ele nem sequer considera o trabalho como parte da sua vida, é antes de um sacrifício da sua atividade. No final o trabalhador é uma peça do sistema para ele funcionar e não o ator de toda a e não o protagonista da produção.

“O que ele produz para si próprio é o salário; e a seda que tece da, ao é ouro que extrai das minas, não é o palácio que constrói. O que ele produz para si próprio é o salário; e a seda, o ouro e o palácio reduzem-se, para ele, a uma determinada quantidade de meios de subsistência, talvez a uma roupa de algodão, umas moedas, a um quarto num porão. E o operário – que, durante 12 horas, de fiação, de trabalho com arco de pua, ou com o torno, de pedreiro, ou escavador, como manifestação da sua vida, como sua vida? Ao contrário para ele, começa quando termina essa atividade, a mesa, no bar na cama. (MARX. 2002:36)”

Marx como uma forma de crítica as relações de trabalho dentro do sistema explicita por meio da história que a força de trabalho nem sempre foi uma mercadoria, nem sempre foi trabalho assalariado, isto é, trabalho livre.

No sistema escravista o escravo não vendia a sua força de trabalho ao proprietário de escravo como o boi não vende os seus esforços ao camponês. O escravo é vendido, com a sua força de trabalho, de uma vez para sempre ao seu proprietário. É uma mercadoria que pode passar das mãos de um proprietário para as mãos de outro. Ele próprio é uma mercadoria, mas a força de trabalho não é uma mercadoria sua. O

servo só vende uma parte de sua força de trabalho. Não é ele quem recebe um salário do proprietário da terra: ao contrário é o proprietário da terra quem recebe dele um tributo. O que determina o preço de uma mercadoria é a concorrência entre os compradores e vendedores, a relação entre a procura e aquilo que se fornece, a oferta e a procura. Para Marx o que serve para o burguês medir seu lucro são os custos da produção da sua mercadoria.

Para Marx a determinação dos preços pelos custos de produção não deve ser entendida na maneira como os economistas lhe dão. Os economistas dizem que o preço médio das mercadorias é igual aos custos de produção; que isso é a lei.

“ Consideram como obra do acaso o movimento anárquico em que a alta é compensada pela baixa e a baixa pela alta. Com o mesmo direito, poderíamos considerar, tal como aconteceu também com outros economistas, as oscilações que, consideradas mais de perto, provocam as mais terríveis devastações e, como um terremoto, abalam a sociedade burguesa nos seus alicerces: são exclusivamente essas oscilações que, no seu curso, determinam o preço pelos custos de produção. O movimento global dessa desordem é a sua ordem. No curso dessa anarquia industrial, nesse movimento circular, a concorrência compensa, por assim dizer, um excesso com o outro. (MARX. 2002: 42)

Para Marx a determinação do preço pelos custos de produção é igual a determinação do preço pelo tempo de trabalho necessário para a produção de uma mercadoria, pois os custos de produção se compõem de: 1 matérias-primas e desgaste de instrumentos, isto é, de produtos industriais cuja produção custou uma certa quantidade de dias de trabalho, que representam, portanto, uma certa quantidade de tempo de trabalho; 2 trabalho direto, cuja medida é precisamente o tempo. (MARX. 2002)

As mesmas leis gerais que regulam o preço das mercadorias em geral, também regulam naturalmente o salário, o preço de trabalho.

O salário do trabalho subirá ou cairá conforme a relação de oferta e procura, de acordo com a forma de assumir a concorrência entre os compradores da força de trabalho, os capitalistas, e os vencedores da força de trabalho, os operários. As oscilações dos preços das mercadorias em geral correspondem às oscilações do salário. Mas, dentro dessas oscilações, o preço do trabalho será determinado pelos custos de produção, pelo tempo de trabalho necessário para produzir esta mercadoria: a força de

trabalho. E quanto menos for o tempo de formação profissional exigido por um trabalho, menores serão os custos de produção do operário, menor será o preço do seu trabalho, o seu salário.

Os gastos necessários para a produção do operário reduzem-se quase somente às mercadorias indispensáveis para mantê-lo vivo em condições de trabalhar. O preço do seu trabalho será, portanto, determinado pelo preço dos meios de existência necessários. O preço desses custos de existência e de reprodução constitui o salário. O salário assim determinado chama-se o mínimo de salário. Esse mínimo de salário, tal como a determinação do preço das mercadorias pelos custos de produção em geral, é válido para a espécie e não para o indivíduo isolado. “Mas o salário de toda a classe operária nivela-se dentro dessas oscilações a esse mínimo.” (MARX, 2002)

“No mundo da política, os burocratas fingem ser a mediação entre os indivíduos atomizados da sociedade civil e o Estado. Marx, contestando Hegel, demonstrou ser a mediação um artifício lógico, um embuste, pois os burocratas representam-se tão-somente a si mesmo, comportando-se como uma corporação fechada e hostil aos indivíduos. Além disso, a burocracia é um ser abstrato, sem conteúdo, uma forma preenchida por um conteúdo (os interesses do Estado) que lhe é exterior. Um ser, portanto, que é a própria expressão da alienação. Também o dinheiro, fingindo mediar a sociabilidade humana, é um ser alienado e alienante, interpondo-se entre os homens como o laço de todos os laços, mas, na verdade, sendo apenas o meio geral da separação que atomiza a comunidade humana e rompe os elos de solidariedade, fazendo a vida humana uma existência antissocial. (FREDERICO: 142)”

No desenvolver da obra, Marx afirma “que o capital é constituído de matérias-primas, instrumentos de trabalho e meios de subsistência de toda a espécie, que são empregados para produzir novas matérias primas, novos instrumentos de trabalho novos meios de subsistência” (MARX, 2002). Todas essas partes constitutivas do capital são portanto criações do trabalho, produtos do trabalho, trabalho acumulado. Trabalho acumulado que serve de meio para nova produção é capital.

Assim capital não consiste apenas de meios de subsistências, instrumentos de trabalho e matérias-primas, não consiste apenas de produtos materiais; compõe-se igualmente de valores de troca. Todos os produtos de que se compõe são mercadorias. O capital não é portanto, apenas uma soma de produtos materiais é uma soma de mercadorias, de valores de troca, de grandezas sociais.

Segundo Celso Frederico:

Contra a sociedade mercantil descrita pelos economistas, Marx opõe a comunidade humana. A primeira é o reino da alienação e do estranhamento, constituída por homens egoístas, que vêem seu relacionamento com a espécie como se fosse uma relação comercial. Essa sociedade do homem alienado é “a caricatura de sua comunidade real, de sua verdadeira vida genética”. A segunda, a comunidade humana, é aquela em que as relações humanas não estão alienadas e, portanto podem se dar diretamente como relações em que os indivíduos e a espécie convivem em harmonia. (FREDERICO. 138)

A superação da auto-alienação segue o mesmo caminho que a auto-alienação. Em primeiro lugar a propriedade privada é considerada apenas em seu aspecto objetivo, mas tomando o trabalho como sua essência. “Sua forma de existência é por isso o capital, que há de ser superado enquanto tal; ou se toma um modo particular de trabalho como fonte da nocividade da propriedade privada e de seu modo de existência alheio ao homem.” (MARX. 1978: 9)

Marx apressa-se a esclarecer, diferentemente de Feuerbach, que a chave da emancipação está na economia e não da religião. “a alienação religiosa, enquanto religiosa, limita-se à consciência da intimidade humana, mas a alienação econômica é a da vida real.” Por isso, todas as formas de alienação (religiosa, política) estão sustentadas pela alienação econômica que tem o seu símbolo na propriedade privada. Para superar a alienação é preciso abolir a propriedade privada: isso requer uma ação prática em tudo diferente da crítica iluminista da religião, que esclarece o homem, mas não muda a realidade.

Conclusão:

A degradação do operariado, da população pobre, amparada pelo Estado foi responsável por Marx buscar a gênese do problema na Economia Política. As relações sociais presente no Estado era reflexo de uma desigualdade social proveniente do sistema econômico da época. Marx tinha como objetivo compreender os motivos que colocava a classe trabalhadora, a classe produtora como escrava do seu próprio trabalho, mesmo sendo o produtor da riqueza.

A crítica a Hegel inicia-se desde os anos da juventude, meados de 1842 e em 44 o destaque é para a questão da objetividade do ser. Para Marx em 44 o debate é outro. Marx apesar de concordar com o salto no desenvolvimento teórico de Feuerbach, ressaltava o homem como um ser sensível e ativo, portador da práxis.

A prioridade ontológica sensível em relação a consciência também era uma das críticas em relação ao idealismo alemão. Marx compreendia que as relações sociais estavam engendradas na produção material, submersa a atividade cotidiana com a síntese do pensamento. Ora por sua vez, Marx não exclui a subjetividade do indivíduo. Mas compreende a objetividade como premissa máxima do homem.

Aos economistas clássicos a discussão tem um cunho ideológico e provocativo. Marx acusam-nos de fazer uma ciência burguesa a partir de totalidades abstratas, tal qual a população. A ciência econômica para Marx visa o lucro e a produção, eliminando do processo o trabalhador. A crítica não termina por aí, estes são estudos, rascunhos e conferências que mais tarde serão usadas para a elaboração do Capital.

Bibliografia:

- CHASIN, José – AD Hominem 1- Tomo III Política
- CHASIN, José – Estatuto Ontológico e Resolução Metodológica. Editora Boitempo (2009).
- COSTA, Mônica – AD Hominem 1- Tomo IV: Dossiê Marx.
- MARX, Karl (2011). Grundrisse - Editora Boitempo.
- MARX, Karl (2010). Trabalho Assalariado e Capital & Salário, Preço, Lucro – Editora: Expressão Popular.
- MARX, Karl (1978). Manuscritos Economico-Filosóficos – Editora: Abril Cultural.
- LUKÁCS, Georg (2012). Para a Ontologia do Ser Social I – Editora: Boitempo.
- LUKÁCS, Gerog (). O Jovem Marx e outros escritos economico-filosóficos – Editora Boitempo.
- FREDERICO, Celso (). - O Jovem Marx – Editora : Companhia das Letras.